

A Reinvenção da Subjetividade Operária e a Luta de Classe: fragmentos de um começo possível

REIS FILHO, Milton Melo dos¹

Resumo

Este artigo abre o primeiro capítulo de minha tese de doutoramento, defendida em 2013 pelo Programa de Pós-Graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da Universidade Federal do Amazonas. Traz para a reflexão os estudos da memória e subjetividade e da história do sujeito, a partir das experiências vividas por um ex-operário em meio à luta de classe, cujas lembranças recuperam fragmentos de um começo possível como sujeito do trabalho na indústria do Polo Industrial de Manaus dos anos 1980. A discussão visa desvelar de forma mais desnuda possível, por meio de uma linha de raciocínio centrada na história do sujeito operário, que deita raízes profissionais na vida deste pesquisador, a tentativa de rediscutir a história de vida e trabalho, traduzindo o momento primordial da expressão da subjetividade.

Palavras-Chave: História; Memória e Subjetividade; Luta de Classe.

Na maior parte das vezes, como sugere Ecléa Bosi, “lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e ideias de hoje, as experiências do passado”. Falar de si ou do sujeito operário que deita raízes profissionais na vida deste pesquisador não é tarefa das mais fáceis. Uma tarefa sugerida por ocasião do exame de qualificação deste trabalho pelo fato de eu ter sido operário no Polo Industrial de Manaus por um longo período e que, aqui, esforçar-me-ei para desvelar-me de forma mais desnuda possível. O mundo em que vivemos como bem adverte Rossi (2010, p. 23), “há muito tempo está cheio de lugares nos quais estão presentes imagens que tem a função de trazer alguma coisa à memória”. Parte dessas imagens, como acontece nos cemitérios, nos lembram pessoas que não mais existem.

A memória permeia o pensamento humano quando se busca recompor a história de vida. Este exercício é encarado como a prática contínua de quem se propõe a conhecer o desconhecido. O lugar de origem do homem sempre está ligado à sua conduta no mundo onde convive em sociedade. Este estudo requer um convite simples, o de juntos, mergulharmos nas lembranças de um passado recente armazenado em minha memória. Para tanto, requer-se um esforço deliberado da mente, uma espécie de escavação ou de busca voluntária entre os conteúdos da alma por parte de quem rememora a compartilha das lembranças.

Minhas origens estão intimamente vinculadas às nítidas lembranças de um tempo em que os meus pais transitavam nos municípios de Parintins onde nasci e Nhamundá. Nesse

¹ Doutor em Sociedade e Cultura na Amazônia na área de concentração em Processos Socioculturais na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Professor da Secretaria Municipal de Educação (Semed/Manaus). Pesquisador do Grupo de Estudo e Pesquisa Mythos: Humanidades, Complexidade e Amazônia da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), vinculado ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). E-mail: reis5.filho@gmail.com

itinerário fui crescendo, descobrindo novos ares e desabrochando-me para a vida. Da saudosa e pacata cidadezinha de Nhamundá mantenho sempre viva minhas mais célebres lembranças.

IncurSIONAR pelo ano de meu nascimento, 1968, implica rememorar o contexto vivido pela sociedade brasileira. A conjuntura política, social e econômica refletia no povo novas demandas de mudança em todos os campos de atuação do poder. Naquela pequena cidade parecia não existir espaços para as contradições sociais, para os conflitos de interesses ou mesmo confrontações de classes. Parecia se cumprir a sólida condição do *status quo* da classe política daquele tempo. Essa realidade é típica da cidade que se quer construir sob o comando de seu governante, que evita a qualquer custo a não materialização vertical de tensões dentro do seu próprio universo, como adverte Pinheiro (2003), ao referir-se a cidade de Manaus nos primórdios do século XX.

A inserção dos jovens nas chamadas pastorais sociais anunciava uma sociedade mais atenta às questões sociais daquele tempo. E, foi exatamente nesse entusiasmo impactante, que eu respondia ao chamado para a militância junto aos movimentos pastorais da Igreja Católica. Este fato influenciou profundamente a minha vida em todos os sentidos, sobretudo em minha maneira de ser, pensar e agir no convívio social. Da convivência com meus pais e com a família Belchior, algumas lembranças pairavam sobre mim, decorrentes do impacto de um Estado autoritário e repressor, porém, modernizante. Jamais minha família revelava em quem votava nos pleitos eleitorais. Ainda era prematuro perceber a presença de um Estado que, conforme Paoli (1983), impunha um profundo reordenamento da sociedade, de tal modo que os espaços institucionais tradicionais fechavam-se e desfiguravam-se como lugares significativos do exercício da política e de aparecimento de atores e projetos políticos no cenário público do país. De acordo com esta autora, é nesse contexto que surgem os estudos sobre o autoritarismo. A luta pela democracia e pelas possibilidades de um revigoramento da sociedade civil frente ao regime foi intensificada na segunda metade dos anos 1970.

Persistência e ousadia são características do sujeito que luta pela realização de seus objetivos. A militância na Igreja foi significativa. O lugar vivido não proporcionava ascender profissionalmente, não havia perspectiva de emprego. Esta falta de perspectiva é, efetivamente, o fator decisivo do deslocamento do homem amazônico para os centros urbanos. Lembro-me da minha decisão aos 17 anos de idade, quando deixei meus pais e todos os meus amigos e parte em busca de novas oportunidades na cidade de Manaus. Confesso que não foi fácil. Foi a mais difícil decisão tomada em minha vida. Deixar meus pais os quais amo e admiro foi muito

doloroso, afinal, sentia-me muito próximo deles e suas presenças sempre foram e continuam sendo felicidades para mim.

Estava em jogo a minha realização pessoal e social que se transcendia como minha primeira conquista, pois com diz Maffesoli (2003, p. 17) “a realização, individual ou social, é uma conquista. Inscreve-se em um projeto mensurável, rápido, previsível racionalmente”. A vontade de conquistar o primeiro emprego e tornar-me autônomo passou exigir de mim grande esforço para ascender profissionalmente. Trata-se da realização do sujeito pelo trabalho. Aqui está a contrapartida atestada no sujeito que se pretende constituir. Como pontua Maffesoli (2003, p. 18),

Recordemos, a contrapartida, que, para o *zen* é, se concentrando sobre si mesmo que está a certeza de alcançar seu alvo. Aqui não é a *ex-tensão* o que importa, mas bem mais a ‘*in-tensão*’. Algo que está na ordem da morosidade, da meditação, quase da suspensão do movimento. O resultado se dá, então, por acréscimo.

Este autor reforça a ideia de que a intenção, neste caso, tem pouca importância para o ser que se aprofunda em um presente eterno. Imanentismo que se opõe ao transcendentalismo. Também aponta esse “traço grosseiro” como intencional porque sua finalidade instiga a pensar. Isto é definido por ele como uma diferença cosmogônica. A primeira, fundada sobre a criação, a gênese sob suas diversas modulações, ou seja, coisas que remetem ao engendramento e ao devir; a segunda contenta-se em desvendar e dedica-se a favorecer o surgimento natural do que está no sujeito, dando a este a sensação de que viveu, e esse destino que a fortuna havia traçado para ele, ele o percorreu. Maffesoli (2003) chama isso de sensibilidades diferentes que, segundo as épocas, desempenharam um papel mais ou menos importante que, algumas vezes, predomina o linearismo favorecendo uma ação finalizada e que se esforça para subornar a natureza à cultura. Às vezes, pelo contrário, predomina uma ação cíclica do mundo que, mesmo a contragosto dos que vivem, conforme orienta este autor, é o estado de ânimo, a maneira de ser e de pensar, a algo de imaterial que, sub-repticiamente, dá sentido ao conjunto da existência social, “o que constitui esse sentimento trágico que nos faz tomar caminhos que em parte já estavam traçados, e dos quais não somos autores” (MAFFESOLI, 2003, p. 18).

Apesar de tudo, sentia-me mais adulto. Agora, entretido com as tarefas do presente, evitava procurar na minha infância imagens relacionadas com a minha vida cotidiana, ao pairar a hora da evocação, buscava absorvê-la como a hora do repouso, o relaxamento da alma, desejo breve mas intenso de evasão. Tornei-me um adulto ativo que, como diz Bosi (2007), não mais se ocupava longamente com o passado, passando a encará-lo em forma de sonhos. Como adulto,

a vida passou a ser encarada como vida prática e a memória que residia em mim era fuga, arte, lazer, contemplação. Na realidade este foi o momento de minha vida em que as águas se separaram com maior nitidez, porque busquei construir minhas responsabilidades, idoneidade e autonomia.

A decisão de sair a procura de novas oportunidades para o sentido da vida soma-se à reinvenção do próprio sujeito. Nesse processo de reinvenção as decisões são determinantes. No meu caso, casei-me com a Alcilene Couto, minha antiga colega do curso de Magistério do Instituto de Educação do Amazonas, temos uma filha, a Jade, que é a nossa fortaleza.

A chegada a Manaus em dezembro de 1986, exigia algumas prioridades: a efetivação de matrícula no Instituto de Educação do Amazonas no curso de Magistério; buscar uma inserção em algum grupo de trabalho da Igreja Católica do bairro. A inserção na igreja abriu caminhos para eu participar por dois anos da Escola de Formação Sócio-Política do Centro de Formação da Arquidiocese de Manaus (CEFAM), onde fiz alguns amigos.

O contexto da vida urbana passava a exercer sobre mim uma forte atração. Bauman (2004) mostra em suas reflexões que as pessoas de fora têm como marca registrada o fato de trazerem “novas maneiras de ver as coisas e também de resolver antigos problemas”. É bem verdade que elas são estranhas à cidade, e questões de ordem familiares parecem bizarras e exigem explicação quando vistas pelos olhos de um estranho. No caso do recém-chegado, “nada na cidade é ‘natural’, nada pode ser pressuposto. Os recém-chegados são inimigos da tranquilidade e da autocondescendência” (BAUMAN, 2004, p. 128).

Apesar de tudo, o universo de amigos e amigas aumentou a partir de janeiro de 1987. Esses anos registraram a entrada em cena deste sujeito “interiorano”, motivado com a sonhada ascensão profissional, a fazer-se operário de uma empresa do então Distrito Industrial de Manaus. Naquela época, os critérios de seleção para uma inserção no mercado de trabalho eram bem diferentes. A partir desse momento os desafios só iniciavam. Nessa labuta, tornei-me um jovem operário que se qualificou no magistério de ensino básico. Com este perfil fui sendo promovido de cargo no trabalho.

Parecia desagregar de mim a cultura do mundo rural, da pequena cidade em virtude da imersão na cultura de massa, sobretudo aquela veiculada pela televisão. Minha própria realidade mostra que restam apenas fragmentos daquela cultura em minha memória, as lembranças. Sobre esta especificidade lembra Silva (2005) que a cultura de antes existe como lugar, presente na memória individual e na conservação de algumas tradições. “As tradições do mundo de antes, inseridas na sociabilidade ancorada nas relações familiares, de compadrio e de vizinhança, na

ajuda mútua como o mutirão, a maromba, desmoronam-se com a vinda para as cidades” (SILVA, 2005, p. 295).

No meu caso, tudo convergia para o momento desafiador de um sujeito cuja missão e coragem era descortinar o sentido da vida e das possibilidades. Era janeiro de 1987 quando firmei meu primeiro contrato de trabalho na Sharp do Brasil S/A. Esse momento histórico de minha vida ficou demarcado pelas novidades: o complexo Polo Industrial de Manaus, as primeiras experiências do chão-de-fábrica, conciliar estudo e trabalho, enfim, desafios contínuos que vigoraram até 11 de setembro de 1995, ano de meu desligamento do grupo Sharp do Brasil. A grande herança desta fase de minha carreira profissional foi a afirmação identitária de um sujeito de caráter, personalidade e idoneidade incontestável. Não era fácil ser operário e conciliar as atividades da vida prática.

Muito pertinente é a definição de Edna Colares, 60 anos, sobre o que é ser operário nos anos 1980. Para ela, ser operário nos anos 1980, “significava muita coisa ou simplesmente tudo” (entrevista/2012). Esta afirmação, também percebida no discurso dos trabalhadores que participaram indiretamente do processo de luta sindical ou das grandes greves, não é extensiva a toda a classe operária do Amazonas. A essa ala de trabalhadores, na qual Edna se inseria, soma-se os atributos dos diferentes cargos que exerciam no espaço fabril. Eram cargos de reservas, supervisores, trabalhadores de perfil comportamental aprovado pelos patrões. Edna, que permaneceu numa mesma fábrica durante dezesseis anos, é uma das testemunhas vivas deste processo. Suas companheiras a interrogavam se os filhos dela não adoeciam e, esta operária manifestava sempre a felicidade e o privilégio de ter filhos saudáveis que não precisavam muito de um acompanhamento para esse fim. Isso contribuía positivamente para não se ausentar do trabalho e amar o que fazia. Aqui transparece um dos elementos constitutivos do sujeito operário. A obediência e a disciplina no trabalho, nesse contexto, se constituíam elementos indispensáveis à construção do sujeito operário. Esta concepção sobre o mundo do trabalho promoveu o encorajamento para outras conquistas no espaço fabril.

Em setembro de 1995, conquistei a vaga de comprador na empresa Frahm Componentes da Amazônia S/A, que, em função do fechamento de suas atividades em Manaus, permaneci apenas por 01 ano, pois já se sentia o reflexo da estagnação econômica naquele setor. Logo, firmei contrato com a empresa Manaus Aeroacomissaria Ltda, localizada no Aeroporto Internacional Eduardo Gomes, precisamente em 1999.

Nessa época, já atuava como professor do quadro efetivo da Secretaria Municipal de Educação – SEMED desde 1989, turno noturno. Nesta área ingressei na Rede Salesiana de

Escolas, sendo contratado professor de História do Colégio Nossa Senhora Auxiliadora. E, na sequência no Colégio La Salle. No âmbito do ensino superior, atuei como professor assistente nos cursos de graduação da Universidade do Estado do Amazonas (UEA) e, professor substituto vinculado ao Departamento de História da Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Além de atender algumas solicitações de Instituições de Ensino Superior para contribuir com meus ofícios em cursos de Pós-Graduação.

Minha vida profissional sempre foi delimitada entre o fazer e o aprender. No setor industrial, realizei cursos nas áreas produtiva e administrativa, participei de programas de qualidade, como o Programa de Manufatura Classe Mundial, ISO-9002 e equipes de força tarefa visando o cumprimento das metas traçadas e definidas pelo programa de certificação e auditoria interna e externa.

Passei a ser identificado de forma determinista como sujeito operário que tendia a desaparecer. A mente humana ficava dividida ao olhar o mundo de modo reflexivo, objetivo, determinista ou reducionista. De acordo com Morin (2003, p. 118), “o sujeito aparece na reflexão sobre si mesmo e conforme um modo de conhecimento intersubjetivo, de sujeito a sujeito, que podemos chamar de compreensão. Contrariamente, ele desaparece no conhecimento determinista, objetivista, reducionista sobre o homem e a sociedade”. São as interações entre os indivíduos que produzem a sociedade e a sociedade com sua cultura, suas normas retroagem sobre os indivíduos humanos e os produz enquanto indivíduos sociais dotados de cultura.

Morin (2003, p. 119) chama a atenção para o fato de que temos uma noção complexa da autonomia do indivíduo. Para este pensador, falta-nos a noção de sujeito. É preciso pensar que toda organização biológica necessita de uma dimensão cognitiva. Os genes são um patrimônio hereditário da natureza cognitiva/informacional da célula. Dotado ou não de um sistema neuro-cerebral, o ser vivo “retira informações de seu meio ambiente e exerce uma atividade cognitiva inseparável de sua prática de ser vivo. Ou seja, a dimensão cognitiva é indispensável à vida” (MORIN, 2003, p. 119).

Essa dimensão cognitiva é denominada por ele de computacional. Percebemos em Morin que a natureza da noção de sujeito tem a ver com a natureza singular de sua computação, desconhecida por qualquer computador artificial que possamos fabricar. “Essa computação do ser individual é a computação que cada um faz de si mesmo, por si mesmo e para si mesmo. É um cômputo. É o ato pelo qual o sujeito se constitui posicionando-se no centro de seu mundo

para lidar com ele, considerá-lo, realizar nele todos os atos de preservação, proteção, defesa etc.” (MORIN, 2003, p. 119).

O convívio na Sharp do Brasil possibilitou perceber em momentos anteriores os grandes levantes no interior das fábricas que culminaram em conflitos grevistas constantes na década de 80. Era inevitável isentar-me das assembleias do Sindicato dos Metalúrgicos. Lá, empenhava-me em traduzir o espírito reivindicatório aos trabalhadores resistentes. Sentia-me útil e envolvido com a causa operária, o que veio refletir em minha dissertação de mestrado e, posteriormente, nesta tese de doutoramento. Rememorar os grandes feitos, não para enaltecer a classe burguesa, mas para dar lugar e voz ao trabalhador mais humilde, como bem lembra Sharpe (1992) na *História Vista de Baixo*² constitui-se no condutor que alimenta esse trabalho.

A primeira definição de sujeito é o egocentrismo, no sentido literal do termo: posicionar-se no centro de seu mundo. O “Eu”, como observa Morin, é o pronome que qualquer um pode dizê-lo. Também é o ato de ocupação de um espaço que se torna centro do mundo. Morin afirma existir um princípio logístico de identidade, que pode ser resumido na fórmula: “Eu [je] sou eu [moi] é o princípio que permite estabelecer, a um só tempo, a diferença entre ‘Eu!’ (*subjetivo*) e o ‘eu’ (*sujeito objetivado*), e sua indissolúvel identidade. Ou seja, a identidade do sujeito comporta um princípio de distinção, de diferenciação e de reunificação” (MORIN, 2003, p. 120). A espécie humana possui dois níveis de subjetividade: a cerebral, mental e a do nosso organismo, protegida pelo sistema imunológico de cada ser. O sistema imunológico opera distinção entre o “si” e o “não si”; quer dizer, entre as entidades moleculares que não tem a carteira de identidade singular do indivíduo e são rejeitadas, perseguidas, vencidas, enquanto as que possuem a carteira de identidade são aceitas, reconhecidas e protegidas.

No Polo industrial de Manaus dos anos 1980, o sujeito que se constitui no meio operário é capaz de oferecer sua vida por suas ideias, pela pátria ou pela humanidade. É nesse contexto da vida do sujeito operário que se manifesta a complexidade própria da noção de sujeito. A parte mais importante, a mais rica, a mais ardorosa da vida social, vem das relações intersubjetivas. Convém dizer que o caráter intersubjetivo das interações no meio da sociedade é fundamental e, para conhecer o que é humano, individual, interindividual e social, é preciso unir explicação e compreensão. É necessário reconhecer que o sujeito não é apenas ator, mas autor, capaz de cognição/escolha/decisão. “A sociedade não está entregue somente a, sequer

² C.f. SHARP, Jim. *A História Vista de Baixo*. In. BURKE, Peter (Org.) *A Escrita da História: novas perspectivas*. São Paulo: UNESP, 1992. (p.39-62).

principalmente, a determinismos materiais; ela é um mecanismo de confronto/cooperação entre os indivíduos sujeitos, entre os ‘nós’ e os ‘Eu’” (MORIN, 2003, p. 128).

O reconhecimento do sujeito exige uma reorganização conceptual que rompa com o princípio determinista clássico. Precisa-se de uma reconstrução de noções de autonomia/dependência; da noção de individualidade, de autoprodução, da concepção de um recorrente, onde estejam, ao mesmo tempo, o produto e o produtor. É preciso conceber o sujeito como aquele que dá unidade e invariância a uma pluralidade de personagens, caracteres, potencialidades. Se estamos sob a dominação do paradigma cognitivo, que prevalece no mundo científico, o sujeito é invisível, e sua existência é negada. Para Morin (2003, p. 128) “no mundo filosófico, ao contrário, o sujeito torna-se transcendental, escapa à experiência, vem do puro intelecto e não pode ser concebido em suas dependências, em suas fraquezas, em suas incertezas”.

Para Foucault (1983) o sujeito é histórico, produzido na sua própria história e pela história que o permeia por intermédio de uma “história da verdade”. O sujeito não é uma substância, mas uma forma, pois em cada relação estabelecida se posicionará de uma forma diferente. Não há dúvidas de que há várias formas de constituição do sujeito conforme as relações que este estabelece com os diversos “jogos de verdade”. A constituição histórica dessas diferentes formas de sujeito é o que interessa a Foucault. Seu objetivo é criar uma história dos diferentes modos pelos quais os seres humanos tornaram-se sujeitos.

No convívio com outros trabalhadores do Polo industrial de Manaus denotei em mim outros modos de subjetivação decorrentes das práticas de minha constituição de sujeito. As concepções de Foucault sobre “resistências” do sujeito são uma recusa a qualquer forma de poder que faz dos indivíduos “sujeitos à”. Elas incidem contra a submissão da subjetividade. Foucault não define o sujeito, mas sim, realiza uma “história da verdade”, onde busca saber quais “jogos de verdade” estavam presentes nos indivíduos na sua relação consigo mesmo e em relação à cultura e que os tornaram sujeitos. “Através das ‘práticas de si’ e do ‘cuidado de si’ os homens tornam-se sujeitos de uma maneira ativa” (FOUCAULT, 1983, p.70).

Estas duas maneiras estão relacionadas aos “jogos de verdade”, ao estilo como o indivíduo se posiciona num exercício de si sobre si mesmo, transformando-se, elaborando um modo de ser diante de valores instituídos como a loucura, a doença, o trabalho, o crime, a sexualidade. A resistência resulta em práticas de si, nas quais o sujeito exerce uma relação consigo mesmo e com a cultura, possibilitando uma transformação e nova produção de jogos de verdade.

Esta constatação de Foucault é pertinente quando me refiro aos primeiros anos de trabalho na indústria. O contexto era novo, um verdadeiro desafio para a afirmação do operário disciplinado e, ao mesmo tempo impactante pela cultura da exploração no meio fabril. Não havia espaços para a formação de uma consciência crítica fundamentada na construção de novos saberes ou concepção de sujeito (cidadão) detentor de direitos sociais trabalhistas. De acordo com Morin (2002), ser sujeito supõe um indivíduo. Etimologicamente, sujeito significa subordinação, dependência, enquanto que para o pensamento moderno e a perspectiva cartesiana, é o “Eu” pensante, consciência, cogito ou faculdade cognoscente e princípio fundador do conhecimento. Esta concepção nada nos diz do sujeito submetido e dependente que a etimologia do termo indica. “A definição primeira do sujeito deve ser biológica” (MORIN, 2002, p. 74). Ou seja, a noção de sujeito implica uma lógica de autoafirmação do indivíduo vivo, ocupando o centro do mundo, o que corresponde, de forma literal, à noção de egocentrismo. O sujeito ocupa o centro do mundo, o que comporta o princípio de exclusão e o de inclusão.

Os primeiros dias de trabalho na fábrica exigiam repetidos esforços para a minha afirmação. Apesar dos obstáculos, pairava em mim a possibilidade egoísta de sacrificar tudo em benefício de mim mesmo e uma possibilidade de altruísmo de conduzir-me ao autosacrifício. Embora contraditório, estava em jogo o estudo e o trabalho. “Tudo se passa como se houvesse em nossa subjetividade um quase duplo programa; um comando, o ‘para si’; outro, o ‘para nós’ ou ‘para outros’” (MORIN, 2002, p. 78).

Não há dúvida de que a relação com o outro está na origem do sujeito. O sujeito surge quando se integra intersubjetivamente, quando se integra com o outro. Se, por um lado, a qualidade do sujeito garante sua autonomia, por outro, o sujeito pode ser submetido, não na condição de submisso, dominado de fora, e sim como prisioneiro de um poder subjetivo forte, que se impõe no panorama egocêntrico, subjugando o indivíduo, que fica possuído dentro de si mesmo. Os anos se passaram e a vida operária foi se alterando, ganhando novas configurações. Emergia em mim um sujeito com a capacidade de objetivar-me, tornar-me objeto. Para Morin (2003), o sujeito, Eu objetivado, é o Ego. Esse Ego diferente do Eu é, ao mesmo tempo, idêntico a ele. É essa capacidade do sujeito de ver-se como objeto (Ego) sem deixar de ser Eu que lhe permite ser subjetivo e objetivo, podendo tratar objetivamente seu problema subjetivo como uma doença. Essa possibilidade lhe dá a condição de confrontar, em qualquer circunstância, um princípio de realidade com um princípio de desejo. “O sujeito não está sozinho porque o Outro e o Nós moram nele” (MORIN, 2002, p. 79).

O que se constata em relação a esse contexto de minha trajetória operária é o momento primordial da expressão de minha subjetividade. Os modos de pensar, sentir e agir que se constituem no interior das experiências do cotidiano profissional, são transportados para a vida familiar e comunitária, nas quais as estruturas do tempo de trabalho imprimem suas marcas nos períodos destinados ao repouso, convívio, lazer e todas as formas de participação social significativa. O momento era propício para pensar a questão da subjetividade a partir dos vários planos, modalidades e possibilidades de diálogos entre a psicanálise e as ciências sociais. Figueira (1987, p. 95) aponta entre outras questões, a necessidade de complementariedade entre as suas disciplinas e não apenas conflito. A questão principal advinda dessa afirmação diz respeito à emergência histórica de um tipo de reestruturação de subjetividade que permite a percepção, a visibilidade, a experiência e o próprio estudo desta categoria chamada subjetividade.

Nunca é demais lembrar que o trabalho em Marx é concebido como uma dimensão histórica e outra ontológica. A dimensão ontológica indica que o homem ao trabalhar, não apenas transforma a natureza como modifica a si mesmo. O trabalho é uma atividade processual de autotransformação do humano. O legado renascentista da antropocentricidade alcança aqui a sua maior expressão. De outra forma, pode-se afirmar que Marx construiu sua análise do processo de desenvolvimento histórico da humanidade, tomando a esfera da produção como o *locus* explicativo privilegiado da condição humana. Conforme Tittoni (1994, p. 24) “o processo de trabalho, portanto, é o veículo pelo qual são colocados em prática as aspirações, desejos e possibilidades que os sujeitos neles envolvidos sustentam, a partir dos significados que o trabalho, de um modo geral, adquire em suas vidas”.

Estudiosos como Sader (1988), Godinho (2001), Tittoni (1994), Santos (2001), Lopes (2000) utilizam como recurso metodológico principal a análise do discurso ou da fala a respeito das trajetórias dos trabalhadores como mecanismos de captação e compreensão da subjetividade operária. O sujeito analisado não é o sujeito numa perspectiva individualizante, “que exprime ou manifesta apenas as ideias ou preferências da própria pessoa, mas aquela passível de revelar-se, dentro de uma visão que procure compreender todo o processo de formação ou construção social de sua subjetividade” (GODINHO, 2001, p. 284).

Enxergar o trabalhador além de sua experiência é compreendê-lo no processo de construção da sua subjetividade, nas diversas dimensões socioculturais (ser homem, ser mulher, ser negro dentre outras), que configuram a subjetividade humana. Isso não quer dizer que a esfera produtiva perdeu ou tenha sido reduzida a sua importância na conformação de sua

subjetividade. A questão posta é que ela não pode ser entendida como absoluta e determinante. Ou como única definidora da identidade social do operário.

Recuperar os fragmentos da vida de um sujeito que se constituiu operário significa voltar ao tempo pela trilha da subjetividade. O esforço mental para a apreensão da subjetividade é revelado nos estudos de Guattari (1996, p, 31) ao afirmar que a “subjetividade não é passível de totalização ou de centralização do indivíduo”. Em sua concepção a subjetividade não implica posse, mas produção incessante que acontece a partir dos encontros que vivemos com o outro. Os anos 1980 deixaram o legado da experiência vivenciada na expressão da subjetividade externada pelo modo de ser e de conduzir a vida operária nos diferentes campos de luta classista no Polo Industrial de Manaus. Em relação à construção do novo sujeito, o outro era compreendido como o outro social, com a natureza, os outros acontecimentos, as outras invenções, enfim, aquilo que produzia efeitos nos campos e nas maneiras de viver. Esses efeitos difundiam-se por meio de múltiplos componentes de subjetividade que estavam em circulação no campo social. Guattari complementa sua análise dizendo que a “subjetividade é essencialmente fabricada e modelada no registro social” (IBIDEM, p. 31).

Ela deve ser compreendida como um processo de produção no qual comparecem e participam múltiplos componentes. Ele refere-se aos componentes da apreensão social que o humano realiza, permanentemente, de uma heterogeneidade de elementos presentes no contexto social. Essa produção de subjetividade, da qual o sujeito é um efeito provisório, mantém-se aberta uma vez que cada um, ao mesmo tempo em que acolhe os componentes de subjetivação em circulação, também os emite, fazendo dessas trocas uma construção coletiva viva. É nessa dinâmica que os processos de subjetivação vão tomando forma, contando com a participação das instituições, da linguagem, da tecnologia, da ciência, da mídia, do trabalho, do capital, da informação. Enfim, de uma lista vasta que tem como característica o fato de ser permanentemente reinventada e posta em circulação na via social. No auge dessas transformações sociais os trabalhadores do Parque Industrial de Manaus adquiriram ganharam importância coletiva. Passaram a constituir-se em sujeitos políticos, protagonistas de seu tempo, voz emancipatória de sua classe. Os múltiplos componentes de subjetividade difundiram-se como fluxos que percorriam o meio social, dando-lhe movimento incessante nos vários campos de atuação.

Esses sujeitos buscam fortalecer a força que há dentro de si para resistir a apreensão no espaço fabril. Durante os principais levantes, os operários tiveram a consciência de que expressavam suas subjetividades na luta reivindicativa. Outro ponto importante aqui

considerado é que qualquer mudança social passa necessariamente por essa produção viva e mutante de subjetividades. Guattari resgata a dimensão política dessa invenção. Para este autor a matéria-prima que compõe as subjetividades é variável e historicamente localizada.

Deleuze (2000, p. 118) parte da assertiva de que “o sujeito se constitui no dado”. O sujeito não está dado, mas se constitui nos dados da experiência, no contato com os acontecimentos. Isto é possível quando desfrutamos dos diferentes encontros vividos com o outro. É nessa convivência que exercitamos nossa potência para diferenciarmos nós mesmos daqueles que nos cercam. Alguns operários podem passar praticamente despercebidos. Outros são fortes, marcantes e até mesmo violentos. O sujeito é praticamente forçado a questionar e a produzir sentidos àquela experiência que emergiu ao acaso e que, sem consulta, desorganizou um modo de viver até então conhecido.

Minhas primeiras experiências no mundo do trabalho, mais precisamente o contato com os acontecimentos no meio fabril no fim da década de 1980, causava uma série de estranhamentos, incômodos, angústias. Uma coisa era certa, a vida se desenrolava nesse campo complexo do qual fluíam ininterruptamente os dados e os acontecimentos. Naquele contexto, o sujeito jamais seria concebido como uma entidade pronta, ele se constrói à medida que é capaz de entrar em contato com as forças e com as diferenças que a realidade encarna. Conforme adverte Deleuze (1988, p. 132) “força de imaginar, de recordar, de conceber, de querer”. Cabe assinalar que a potência de ação dessas forças também é variável. Diante de uma dada experiência vivida, elas podem ou não se manifestar.

O meu estilo de operário destoava daquele do chão de fábrica, devido minha permanência por pouco tempo na área produtiva, logo fui destacado para outro setor. Por isso, sentia que era impossível manter qualquer tipo de controle ou planejamento sobre o que iria emergir, enquanto modo de vida, a partir do meu contato de sujeito com o dado. Para Deleuze, a composição de si envolve um processo vivo e, portanto, provisório, uma vez que o sujeito está vulnerável à ação de novas forças e acontecimentos. Daí a sua insistência em afirmar que “se o sujeito se constitui no dado, somente há, com efeito, sujeito prático” (DELEUZE, 2001, p. 118).

Para Castoriadis (1982) o sujeito contemporâneo é um sujeito psicanalítico e filosófico que se descobre descentrado em relação a si mesmo em sentido duplo. Como subjetividade, esse sujeito se descobre não mais como senhor de si, de sua consciência. Como sujeito filosófico-epistêmico, isto é, como sujeito de conhecimento, o sujeito contemporâneo se

descobre portador de uma razão contraditória, não mais garantidora de qualquer verdade transcendental.

A ideia de autonomia proposta por Castoriadis (1982), segundo a qual a suposição do inconsciente, com o conseqüente descentramento do sujeito e desmistificação do sujeito consciente de si, é plenamente compatível com a construção de uma subjetividade autônoma. Seu potencial de diferença significa reconhecer que os diferentes indivíduos, seja a partir de seus sexos biológicos, raça, religião, cultura, opções e seus desejos e comportamentos, existem enquanto pluralidades complexas e irreduzíveis umas às outras.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zigmunt, 1925. **Amor líquido: sobre a fragilidade dos laços humanos** (Tradução Carlos Alberto Medeiros). Rio de Janeiro: Zahar, 2004.

BOSI, Ecléa. **Memória e Sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CASTORIADIS, C. **A instituição imaginária da sociedade**. Trad. Guy Reynaud. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

DELEUZE, G. **Empirismo e Subjetividade: ensaio sobre a natureza humana segundo Hume** (L. B. L. Orlandi, trad.). São Paulo: Editora 34, 2001.

_____. **Foucault**. (C. S. Martins, trad.). São Paulo: Brasiliense, 1988.

FIGUEIRA, Sérvulo Augusto. **O papel da psicanálise no entendimento da construção da subjetividade**. In: CARNEIRO, Maria José. (Org.) *Pensando a família no Brasil: da colônia à modernidade*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1987.

FOUCAULT, M. **O sujeito e o Poder**. In: RABINOW, P e Dreyfus. *Foucault, Uma Trajetória Filosófica*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1983.

GODINHO, Luís Flávio Reis. **Que trabalhador sou eu?: uma análise sobre a experiência com a exclusão, diferenciação e segmentação no trabalho**. Salvador: UFBa, 2001.

GUATTARI, Félix & ROLNIK, S. **Micropolítica: cartografias do desejo**. Petrópolis: Vozes, 1996.

LOPES, José Carlos Cacau. **A voz do dono e dono da voz: trabalho, saúde e cidadania no cotidiano**. São Paulo: Hucite, 2001.

MAFFESOLI, Michel. **O instante eterno: o retorno do trágico nas sociedades pós-modernas**. (Trad. Rogério de Almeida, Alexandre Dias). São Paulo: Zouk, 2003.

MORIN, Edgar, 1921. **A cabeça bem-feita: repensar a reforma, reformar o pensamento.** Edgar Morin; tradução Eloá Jacobina. - 8a ed. -Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

MORIN, E. **O método 5: a humanidade da humanidade.** Tradução Juremir Machado da Silva. Porto Alegre: Sulina, 2002.

PAOLI, Maria Célia; SADER, Eder; TELLES, Vera da Silva. **Pensando a classe operária: os trabalhadores sujeitos ao imaginário acadêmico.** Revista Brasileira de História, São Paulo, v. 6, p. 129-149, 1983.

PINHEIRO, Maria Luiza Ugarte. **A cidade sobre os ombros: trabalho e conflito no Porto de Manaus (1889-1925).** 2. Ed. Manaus: Edições: Governo do Estado do Amazonas, 2003.

ROSSI, Paolo. **O passado, a memória, o esquecimento.** São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo, 1970-80.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

SANTOS, João Bosco Feitosa. **O avesso da maldição do Gênesis: a saga de quem não tem trabalho.** São Paulo: Annablume, 2000.

SHARPE, Jim. **A história vista de baixo.** In: A Escrita da História: novas perspectivas / Peter Burke (Org.); tradução de Magda Lopes. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992.

SILVA, Maria Aparecida de Moraes. **Das mãos à memória.** In: MARTINS, José de Souza; ECKERT, Cornélia; NOVAES, Sylvia Caiuby (Orgs.). O Imaginário e o poético nas Ciências Sociais. Baurú, SP: EDUSC, 2005.

TITTONI, Jaqueline. **Subjetividade e Trabalho: a experiência no trabalho e sua expressão na vida fora da fábrica.** Porto Alegre: Ed. Ortiz, 1994.